

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

KÁTIA FABIANA GOMES

INCLUSÃO ESCOLAR: DIFICULDADES E DESAFIOS

UBERLÂNDIA - MG

2025

KÁTIA FABIANA GOMES

INCLUSÃO ESCOLAR: DIFICULDADES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação – FAGED – Faculdade
de Educação da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia. Área de concentração: Educação
Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves Prado.

UBERLÂNDIA - MG

2025

KÁTIA FABIANA GOMES

INCLUSÃO ESCOLAR: DIFICULDADES E DESAFIOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
FACED - Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para a obtenção do título de
licenciatura plena em pedagogia.

Uberlândia, 13 de junho de 2025.

Banca Examinadora

Prof.Dr.Cláudio Gonçalves Prado- UFU
Orientador

Prof. XXXXXXXXXXXXXXXX - UFU

Examinador

XXXXXXXXXXXXX - XXX

Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço por todo o apoio e incentivo que recebi ao longo desta jornada pelo professor Orientador, Dr. Cláudio Gonçalves Prado, pois foram fundamentais para a realização deste trabalho. Dedico este trabalho aos meus pais, Paulo Cesar, Maria de Fatima, que desde a minha trajetória escolar sempre me apoiaram, à minha filha, Jullya, amiga e principalmente minha inspiração de força, expressei meu orgulho e carinho por tudo o que você é na minha vida. À minha mãe, a meu pai agradeço por todos os ensinamentos e pelo exemplo de resiliência, mesmo diante das dificuldades. À minha família, deixo registrada minha imensa gratidão e afeto, que as palavras não conseguem expressar por completo. A todos meus amigos principalmente a Maria Aparecida (Cida) que, sempre presente me incentivando nos momentos mais difíceis. Por fim aos meus colegas que de alguma forma, contribuíram para esta conquista, meu sincero reconhecimento.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso investiga, de forma crítica e reflexiva, como a inclusão escolar se consolidou, nas últimas décadas, como um dos pilares fundamentais das políticas educacionais no Brasil e no mundo. Amparada por documentos legais e compromissos internacionais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a proposta inclusiva visa garantir o direito de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência ou necessidades educacionais especiais, de acessar, permanecer, participar e aprender nas escolas regulares. Contudo, apesar dos avanços legislativos e da crescente valorização da diversidade no ambiente escolar, a implementação da inclusão ainda enfrenta diversos desafios no cotidiano das instituições de ensino. Entre os principais obstáculos observados estão a falta de formação específica para os professores (Araújo et al., 2010), a escassez de recursos pedagógicos acessíveis, dificuldades de adaptação curricular (Barros, Silva & Costa, 2015) e barreiras atitudinais que refletem preconceitos ainda presentes na sociedade e na cultura escolar (Nunes, Saia & Tavares, 2015). Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, como discutido por Vygotsky (apud Souza & Andrada, 2013), é preciso considerar que o desenvolvimento infantil se dá por meio de interações sociais e que o ensino deve ser mediado de forma a respeitar as singularidades dos indivíduos, potencializando sua aprendizagem. Portanto, uma escola inclusiva não deve apenas acolher alunos com deficiência, mas também criar condições efetivas para que eles aprendam e se desenvolvam em igualdade de condições. Esta pesquisa tem como foco compreender os principais obstáculos e possibilidades relacionados à prática da inclusão escolar, por meio da análise das percepções de educadores, das políticas públicas e das práticas pedagógicas vigentes. Ao investigar esses aspectos, buscamos contribuir para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, equitativo e de qualidade para todos, conforme previsto no ODS 4 da Agenda 2030 da ONU. Por fim, a partir de uma revisão integrativa da literatura e das contribuições teóricas de autores como Mantoan (2006), Dazzani (2010), Freitas (2020), entre outros, este trabalho propõe refletir criticamente sobre o distanciamento entre teoria e prática no processo de inclusão, a fim de propor caminhos que promovam a superação da dicotomia inclusão/exclusão e fortaleçam a escola como espaço de cidadania e transformação social.

Palavras-chave: INCLUSÃO ESCOLAR: DIFICULDADES E DESAFIOS

ABSTRACT

This Final Course Work investigates, in a critical and reflective manner, school inclusion has been consolidated, in recent decades, as one of the fundamental pillars of educational policies in Brazil and worldwide. Supported by legal documents and international commitments, such as the Salamanca Declaration (UNESCO, 1994) and the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (BRASIL, 2008), the inclusive proposal aims to guarantee the right of all students, especially those with disabilities or special educational needs, to access, remain in, participate in and learn in regular schools. However, despite legislative advances and the growing appreciation of diversity in the school environment, the implementation of inclusion still faces several challenges in the daily life of educational institutions. Among the main obstacles observed are the lack of specific training for teachers (Araújo et al., 2010), the scarcity of accessible pedagogical resources, difficulties in curricular adaptation (Barros, Silva & Costa, 2015), and attitudinal barriers that reflect prejudices still present in society and school culture (Nunes, Saia & Tavares, 2015). From the perspective of Historical-Cultural Psychology, as discussed by Vygotsky (apud Souza & Andrada, 2013), it is necessary to consider that children's development occurs through social interactions and that teaching must be mediated in a way that respects the singularities of individuals, enhancing their learning. Therefore, an inclusive school must not only welcome students with disabilities, but also create effective conditions for them to learn and develop under equal conditions. This research focuses on understanding the main obstacles and possibilities related to the practice of school inclusion, through the analysis of educators' perceptions, public policies and current pedagogical practices. By investigating these aspects, we seek to contribute to the construction of a truly inclusive, equitable and quality educational environment for all, as provided for in SDG 4 of the UN 2030 Agenda. Finally, based on an integrative literature review and the theoretical contributions of authors such as Mantoan (2006), Dazzani (2010), Freitas (2020), among others, this work proposes to critically reflect on the gap between theory and practice in the inclusion process, in order to propose paths that promote overcoming the inclusion/exclusion dichotomy and strengthen the school as a space for citizenship and social transformation.

Keywords: SCHOOL INCLUSION: DIFFICULTIES AND CHALLENGES

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DESENVOLVIMENTO.....	9
2.1 Fundamentos Teóricos da Inclusão Escolar	9
2.2 Desafios enfrentados pelas escolas	10
2.3 A importância da formação docente e do trabalho colaborativo	11
2.4 Políticas públicas e o distanciamento entre teoria e prática.....	12
2.5 Caminhos e possibilidades.....	12
3. METODOLOGIA	15
4. 1º DEFINIÇÃO DO TEMA E FORMULAÇÃO DA PERGUNTA NORTEADORA.	
.....	16
4.1 Tema	16
4.2 Pergunta norteadora.....	17
5. 2º LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....	17
6. 3º CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS	18
6.1 Avaliação Crítica dos Estudos.....	18
6.2 Análise e Síntese dos Resultados	18
6.3 Estruturação e Apresentação da Revisão	19
7. RESULTADOS OBTIDOS	21
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

1. INTRODUÇÃO:

A inclusão escolar representa um horizonte de esperança e direitos que vem ganhando força no Brasil e no mundo. Cada criança, adolescente ou adulto, independentemente de suas particularidades, merece ter a oportunidade de aprender e se desenvolver em um ambiente que respeite suas diferenças e potencialidades. Como destaca Mantoan (2015), a verdadeira inclusão exige uma mudança profunda na escola: ela precisa deixar de esperar que o aluno se adapte ao modelo tradicional e, ao contrário, adaptar-se às diversidades que cada um traz consigo.

Apesar de avanços legais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), muitos desafios permanecem no cotidiano escolar. Rocha (2021) afirma que muitas instituições ainda não estão totalmente preparadas para implementar práticas verdadeiramente inclusivas, enfrentando obstáculos como falta de recursos, formação específica para professores e uma cultura escolar muitas vezes marcada por preconceitos e resistências. Santos e Oliveira (2022) reforçam que esses preconceitos, muitas vezes invisíveis, dificultam o reconhecimento de que a inclusão é um processo de respeito às diferenças, que exige mudanças de atitudes e práticas.

Este trabalho busca refletir sobre esses obstáculos, entendendo que a inclusão não é apenas uma questão de legislação, mas uma responsabilidade coletiva, que envolve professores, gestores, famílias e toda a sociedade. Ao explorar os desafios enfrentados e as possibilidades de superá-los, queremos contribuir para que a escola seja um espaço mais justo, acessível e acolhedor, onde cada pessoa possa sentir-se valorizada e capaz de aprender, independentemente de suas condições.

2. DESENVOLVIMENTO:

Com base no tema “Inclusão Escolar: Dificuldades e Desafios”, o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso visa aprofundar os fundamentos teóricos, as barreiras enfrentadas na prática pedagógica, a relevância das políticas públicas e os caminhos possíveis para a efetivação da inclusão escolar. A discussão será pautada por uma revisão crítica da literatura e sustentada por importantes autores da área, pois a inclusão escolar é um princípio que pressupõe o direito de todos os estudantes, com ou sem deficiência, de participarem da vida escolar em igualdade de condições.

2.1 Fundamentos teóricos da inclusão escolar

A inclusão escolar, compreendida como um direito fundamental de todo estudante, especialmente daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, constitui uma das principais diretrizes das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas. Amparada por legislações e compromissos internacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a educação inclusiva requer a transformação da escola em um espaço de equidade, participação e pertencimento para todos os sujeitos.

Portanto a proposta da inclusão escolar está ancorada na garantia de direitos fundamentais, conforme expresso na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que defende a escola comum como espaço para todos, e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que reforça a educação como direito de todos, independente de suas condições.

Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar não deve ser vista como um favor ou concessão, mas como um processo que envolve a reestruturação do sistema educacional para acolher as diferenças. A autora enfatiza que a diversidade deve ser entendida como um valor positivo e não como um problema a ser resolvido. Isso implica repensar os currículos escolares, as práticas pedagógicas, a formação de professores e a gestão democrática da escola. Para ela, “a inclusão escolar não é uma técnica ou um modelo, mas um movimento político, ético e educacional” (MANTOAN, 2015, p. 25).

Conforme Mantoan (2006), “incluir é transformar a escola, e não adaptar o aluno a um

modelo que não o considera”. A autora sustenta que a inclusão não é uma concessão, mas um dever do sistema educacional que deve se reorganizar para contemplar a diversidade, garantindo acesso, permanência, participação e aprendizagem significativa para todos os estudantes. Essa perspectiva rompe com a lógica integradora e propõe uma escola que se constrói a partir das diferenças e não apesar delas.

2.2 Desafios enfrentados pelas escolas

Mesmo com os avanços legais, o cotidiano escolar ainda revela lacunas significativas na efetivação da inclusão. Araújo et al. (2010) apontam que muitos docentes ainda não se sentem preparados para lidar com as demandas da educação inclusiva, destacando a formação inicial e continuada como pontos frágeis. Esses profissionais enfrentam inseguranças diante da diversidade em sala de aula, especialmente quando não contam com apoio especializado.

Além disso, Barros, Silva e Costa (2015) revelam que a escassez de recursos pedagógicos, materiais adaptados, infraestrutura e apoio técnico limitam a atuação dos docentes e prejudicam o desenvolvimento de práticas inclusivas efetivas. Também são observadas barreiras atitudinais que dificultam o processo de acolhimento e participação dos alunos com deficiência, muitas vezes marcados por preconceitos velados e baixa expectativa de aprendizagem (Nunes, Saia & Tavares, 2015).

No entanto, como apontam Santos e Oliveira (2022), embora os marcos legais estejam bem estabelecidos, a realidade das escolas ainda apresenta entraves significativos à implementação da inclusão. Entre os principais desafios estão a insuficiência de formação dos docentes, que muitas vezes não se sentem preparados para lidar com a diversidade na sala de aula; a falta de materiais pedagógicos adaptados; e a ausência de infraestrutura adequada. Além disso, há questões atitudinais, como o preconceito e as baixas expectativas em relação ao potencial de aprendizagem dos alunos com deficiência, que continuam presentes em muitas comunidades escolares.

Nesse cenário, o papel do professor é central. É ele quem realiza a mediação entre o conhecimento e o estudante, sendo também corresponsável por criar ambientes acessíveis e significativos de aprendizagem. De acordo com Rocha (2021), a formação inicial e continuada dos docentes precisa ser orientada por princípios da educação inclusiva, desenvolvendo

competências para atuar com práticas diversificadas e metodologias ativas, capazes de atender às múltiplas formas de aprender. A autora reforça que a educação inclusiva não se limita à presença física do estudante na escola, mas envolve efetivamente sua participação nos processos de ensino-aprendizagem.

2.3 A importância da formação docente e do trabalho colaborativo

O trabalho colaborativo entre professores regentes e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é essencial para promover uma educação inclusiva. Para Braz-Aquino, Ferreira e Cavalcante (2016), o diálogo entre esses profissionais permite a construção de estratégias pedagógicas que respeitam as necessidades individuais dos alunos com deficiência e favorecem sua aprendizagem.

Pinto e Amaral (2019) reforçam a importância da formação continuada, argumentando que ela deve promover reflexão crítica, proporcionar troca de experiências e fortalecer o compromisso com a inclusão. As ações formativas precisam ultrapassar a dimensão técnica e abarcar a dimensão ética, política e cultural da prática pedagógica inclusiva.

Nesse cenário, o papel do professor é central. É ele quem realiza a mediação entre o conhecimento e o estudante, sendo também corresponsável por criar ambientes acessíveis e significativos de aprendizagem. De acordo com Rocha (2021), a formação inicial e continuada dos docentes precisa ser orientada por princípios da educação inclusiva, desenvolvendo competências para atuar com práticas diversificadas e metodologias ativas, capazes de atender às múltiplas formas de aprender. A autora reforça que a educação inclusiva não se limita à presença física do estudante na escola, mas envolve efetivamente sua participação nos processos de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, é fundamental que o planejamento pedagógico seja flexível, que considere as especificidades de cada aluno e promova o uso de recursos acessíveis. Estratégias como o trabalho em pares, a aprendizagem colaborativa, a adaptação curricular e o uso de tecnologias assistivas devem ser incorporadas como práticas cotidianas do fazer docente (ROCHA, 2021). Além disso, a avaliação precisa ser compreendida como processo contínuo e formativo, respeitando os tempos e trajetórias de cada estudante.

2.4 Políticas públicas e o distanciamento entre teoria e práticas

Embora as políticas públicas como a LDB (Lei nº 9.394/1996), o PNE (Plano Nacional de Educação) e a própria Constituição Federal de 1988 assegurem o direito à educação inclusiva, ainda há uma grande distância entre os dispositivos legais e a prática cotidiana das escolas.

Conforme Dazzani (2010) alerta que muitas vezes a inclusão é tratada de forma compensatória, reforçando estigmas e não promovendo uma real transformação social. Freitas (2020) complementa essa crítica ao destacar que a lógica produtivista presente nas reformas educacionais tende a desvalorizar o papel da inclusão e a privilegiar resultados padronizados em detrimento do acolhimento das diferenças.

As políticas públicas, por sua vez, exercem um papel estruturante. Como destacam Costa e Almeida (2023), a consolidação da inclusão escolar no Brasil depende da efetivação de políticas intersetoriais que articulem educação, saúde e assistência social. Os autores também ressaltam a importância da gestão democrática e do protagonismo da comunidade escolar na construção de uma escola mais justa e plural. Para eles, é necessário romper com práticas excludentes e estabelecer mecanismos que garantam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos.

Por fim, cabe destacar que a legislação brasileira estabelece fundamentos sólidos para a construção de uma escola inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), em seu Art. 28, assegura que “a oferta de educação inclusiva, em todos os níveis e modalidades, deve ser garantida pelo poder público”, incluindo desde a eliminação de barreiras físicas e comunicacionais até a formação de profissionais e o fornecimento de apoio especializado. A legislação reforça que a inclusão é uma responsabilidade coletiva e indelegável da sociedade.

2.5 Caminhos e possibilidades

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, é possível vislumbrar práticas e estratégias que apontam para uma inclusão escolar efetiva e transformadora. Um dos aspectos centrais para a consolidação dessa proposta está na maneira como se concebe o processo avaliativo. Conforme ressaltam Souza e Macedo (2012), a avaliação na educação inclusiva deve ser compreendida como um processo contínuo, formativo e qualitativo, que

respeita as singularidades de cada estudante. A padronização de métodos e critérios avaliativos, tradicionalmente voltados para o rendimento quantitativo, precisa ser revista, pois não contempla as diversas formas de aprender e expressar conhecimento.

A inclusão requer, portanto, uma mudança de paradigma educacional que ultrapasse a ideia de medir todos os estudantes por uma mesma régua. A avaliação deve levar em conta os processos de aprendizagem, os avanços individuais e as potencialidades de cada aluno, respeitando seus tempos, ritmos e modos próprios de significar o mundo. Para isso, é fundamental que o professor desenvolva uma escuta sensível e atenta, capaz de reconhecer os progressos, ainda que sutis, nas trajetórias escolares de estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais especiais.

Nesse sentido, a abordagem da Psicologia Histórico-Cultural, conforme as contribuições de Vygotsky (apud Souza & Andrada, 2013, p. 356), “para Vygotsky, o processo de desenvolvimento ocorre através da mediação com o outro, sendo a interação social a base para a aprendizagem e o desenvolvimento”. Portanto oferece importantes subsídios teóricos para pensar a inclusão escolar. Segundo esse referencial, o desenvolvimento humano ocorre nas interações sociais e se dá a partir da mediação de conhecimentos por parte do outro – professor, colega, família ou comunidade. Isso significa que o aprendizado é sempre social e relacional, e que o potencial de desenvolvimento de um estudante se amplia quando ele é colocado em contextos cooperativos e desafiadores, mediados por práticas pedagógicas intencionais e inclusivas.

A escola, nessa perspectiva, não deve apenas acolher fisicamente o aluno com deficiência, mas precisa efetivamente integrá-lo aos processos educativos, proporcionando oportunidades reais de participação, interação e aprendizagem significativa. Como defendem Souza e Andrada (2013), não se trata de adaptar o aluno à escola, mas de transformar a escola para que ela seja capaz de acolher todos os seus sujeitos, em sua diversidade.

É nesse ponto que práticas pedagógicas colaborativas ganham destaque, atividades em grupo, rodas de conversa, projetos interdisciplinares e situações de aprendizagem que valorizam diferentes formas de expressão (como música, teatro, artes visuais e movimento) são exemplos de estratégias que favorecem a inclusão, pois promovem o reconhecimento das potencialidades

dos estudantes e estimulam o respeito mútuo.

Portanto, sendo que para a inclusão seja efetiva, é necessário que o trabalho seja compartilhado entre os diversos atores da escola: professores regentes, educadores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), coordenadores pedagógicos, gestores e famílias. Essa corresponsabilidade é essencial para garantir que as adaptações curriculares e os apoios necessários estejam alinhados com as necessidades reais dos estudantes, como também previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Para concluir, promover a inclusão é, antes de tudo, adotar uma postura ética e comprometida com os direitos humanos, reconhecendo que a diversidade é constitutiva do processo educativo e que todos os estudantes, sem exceção, têm o direito de aprender e se desenvolver em ambientes que respeitem suas identidades e ampliem suas possibilidades.

3. METODOLOGIA

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, com o objetivo de compreender os desafios e as possibilidades da inclusão escolar no contexto brasileiro contemporâneo. A escolha da metodologia qualitativa se justifica pelo interesse em compreender os significados atribuídos à inclusão por diferentes autores e pela análise das práticas pedagógicas e políticas educacionais em vigor.

A pesquisa foi realizada por meio de revisão integrativa da literatura, buscando identificar, analisar e sintetizar produções acadêmicas, legislações e documentos oficiais relacionados ao processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é especialmente adequada quando se pretende conhecer e discutir uma temática já abordada por outros estudiosos, permitindo a construção de um referencial teórico sólido.

As fontes utilizadas incluíram capítulos de livros, artigos científicos, documentos legais e materiais disponibilizados em eventos acadêmicos, com recorte temporal entre os anos de 2008 (ano de publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) e 2023. Os principais critérios de seleção foram a relevância, atualidade e aderência ao tema da inclusão escolar.

Os principais autores utilizados como referência teórica incluem Mantoan (2015), Rocha (2021), Santos e Oliveira (2022), Costa e Almeida (2023), além de documentos legais como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

A fundamentação teórica se apoia ainda na Psicologia Histórico-Cultural, especialmente nas contribuições de Vygotsky (apud Souza & Andrada, 2013), e em estudos sobre avaliação e práticas pedagógicas inclusivas, como os de Souza e Macedo (2012). Essa abordagem visa compreender a inclusão escolar como um processo dinâmico, influenciado por fatores políticos,

sociais e culturais, e que exige uma mudança profunda na estrutura e na cultura das instituições escolares.

Portanto, a metodologia adotada neste trabalho permitiu identificar os principais entraves enfrentados no cotidiano das escolas para a efetivação da inclusão, bem como destacar caminhos e práticas pedagógicas capazes de transformar a realidade educacional, promovendo uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva.

4. 1º DEFINIÇÃO DO TEMA E FORMULAÇÃO DA PERGUNTA NORTEADORA

4.1 Tema

Inclusão Escolar: Dificuldades e Desafios na Efetivação da Educação Inclusiva nas Escolas Regulares. O presente trabalho tem como foco central a análise da inclusão escolar no contexto das escolas regulares brasileiras, considerando os principais obstáculos enfrentados por professores, gestores e instituições educacionais para a efetiva inserção de alunos com deficiência no sistema comum de ensino. A temática é relevante por dialogar diretamente com os princípios constitucionais da igualdade e do direito à educação, bem como com as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

A inclusão escolar, mais do que um ideal, é uma exigência legal e ética, reconhecida em documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), e nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015). No entanto, embora avanços tenham sido alcançados, o processo de inclusão ainda encontra entraves como a falta de formação específica dos docentes, ausência de infraestrutura adequada, barreiras atitudinais e escassez de recursos pedagógicos acessíveis (Mantoan, 2015; Santos & Oliveira, 2022).

Dessa forma, este trabalho buscará compreender de que maneira os desafios enfrentados pelas escolas podem ser superados por meio de políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas que promovam a aprendizagem de todos os estudantes.

4.2 Pergunta Norteadora

Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas brasileiras na efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência, e que estratégias pedagógicas e políticas públicas podem contribuir para a superação desses desafios?

5. 2º LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico foi realizado com o objetivo de identificar e reunir os principais estudos, legislações e documentos que fundamentam teoricamente a inclusão escolar e seus desafios. A busca foi realizada em bases acadêmicas como SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, além de documentos oficiais como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca., portanto o referencial teórico contempla autores e obras reconhecidas no campo da Educação Inclusiva, da Psicologia Histórico-Cultural e das Políticas Públicas Educacionais. Dentre os principais autores selecionados, destacam-se:

- Mantoan (2015), com a obra *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?*, que aborda os fundamentos da inclusão escolar, os desafios da prática pedagógica e a necessidade de reorganização da escola para acolher a diversidade.
- Rocha (2021), no e-book *Educação inclusiva: desafios e possibilidades na escola contemporânea*, apresenta uma análise crítica das políticas educacionais e das práticas escolares voltadas à diversidade.
- Santos & Oliveira (2022), em artigo da *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, destacam os principais obstáculos enfrentados pelos professores no cotidiano escolar e propõem alternativas viáveis para a promoção da equidade na aprendizagem.
- Costa & Almeida (2023), ao analisarem os avanços e desafios das políticas públicas de inclusão, reforçam a importância da gestão democrática e do papel ativo dos educadores e gestores escolares.
- Souza & Andrada (2013) e Vygotsky (apud Souza & Andrada, 2013) fundamentam as

contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem de estudantes com deficiência.

- Unesco (1994) – Declaração de Salamanca, documento internacional que orienta os princípios, políticas e práticas da inclusão.
- Brasil (2008) – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que define as diretrizes para garantir o direito à educação a todos os alunos, independentemente de suas condições.
- Brasil (2015) – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), que estabelece normas para assegurar e promover, em condições de igualdade, os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.

Essas fontes fornecem base teórica consistente para compreender os fundamentos da inclusão, os obstáculos enfrentados por educadores e instituições, e as possibilidades de transformação da escola em um espaço mais justo, acessível e democrático.

6. 3º CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS

6.1-Avaliação Crítica dos Estudos

Os textos selecionados foram analisados considerando seu material e sua conduta metodológica, importância no meio científico e a contribuição ao debate para o assunto.

A literatura revisada revela que a inclusão escolar no Brasil, apesar de respaldada por legislações progressistas como a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), ainda é um campo permeado por desafios práticos. Mantoan (2015) afirma que a inclusão exige uma profunda reorganização da escola, que deve deixar de esperar que o aluno se adapte ao modelo tradicional e, em vez disso, transformar-se para atender às diversidades. A autora destaca que o maior obstáculo não é apenas a falta de recursos, mas uma concepção ainda excludente de educação.

O estudo de Rocha (2021) aprofunda a ideia de que as escolas ainda não se encontram plenamente preparadas para implementar práticas inclusivas com efetividade. Apesar dos avanços legais, muitas instituições ainda carecem de formação docente, infraestrutura adequada e de um currículo verdadeiramente flexível. Já Santos e Oliveira (2022) trazem uma análise relevante ao apontarem que os professores enfrentam inseguranças, sobretudo por não dominarem estratégias pedagógicas específicas para o ensino de alunos com deficiência.

Outro ponto recorrente nos estudos analisados, como o trabalho de Costa e Almeida (2023), é a lacuna entre o discurso das políticas públicas e sua aplicação no cotidiano das escolas. Apesar de haver diretrizes que orientam a inclusão, muitas vezes as escolas são deixadas sozinhas, sem suporte técnico, pedagógico e financeiro para garantir esse direito.

6.1 Análise e Síntese dos Resultados

Identifiquei alguns padrões, algumas lacunas e alguns pontos de encontros entre os estudos analisados, o que possibilitou compreender como a formação docente lida (ou não) com grandes eixos de desafios para a efetivação da inclusão escolar, sobretudo diante das transformações sociais e culturais dos últimos 10 anos.

A partir dos estudos analisados, emergem quatro grandes eixos de desafios para a efetivação da inclusão escolar:

- **Formação Docente Deficiente:** como destacado por Araújo et al. (2010) e Pinto e Amaral (2019), há necessidade de políticas de formação inicial e continuada que preparem os educadores para práticas pedagógicas inclusivas, com ênfase na valorização da diversidade e na construção de uma escola democrática.
- **Barreiras Atitudinais e Culturais:** Barros, Silva e Costa (2015) e Nunes, Saia e Tavares (2015) apontam que preconceitos e expectativas negativas em relação ao potencial dos alunos com deficiência continuam presentes nas escolas e influenciam as relações pedagógicas.
- **Políticas Públicas e Gestão Escolar:** como argumenta Dazzani (2010), muitas políticas têm caráter compensatório e não emancipatório, o que limita a inclusão a um viés assistencialista. Falta articulação entre políticas macroeducacionais e ações pedagógicas concretas.

- Práticas Pedagógicas Inovadoras e Colaborativas: Souza e Macedo (2012) e Braz-Aquino et al. (2016) sugerem que a avaliação deve respeitar as singularidades e que a colaboração entre professores, famílias e AEE é fundamental para a superação dos desafios cotidianos da sala de aula inclusiva.

6.2 Estruturação e Apresentação da Revisão

A revisão foi desenvolvida e apresentada de maneira narrativa, nela contemplei os principais achados, as principais limitações e sugestões futuras. A escolha pela revisão integrativa reforça a intenção do estudo de fornecer uma análise mais sensível, crítica e comprometida com a mudança no cenário educacional, cada uma correspondendo a um dos desafios centrais identificados nos estudos revisados e autores como:

- Fundamentos da inclusão escolar: baseados em Mantoan (2015) e Rocha (2021), que oferecem os pilares conceituais e éticos da inclusão;
- Desafios práticos e barreiras: articulados a partir das contribuições de Santos e Oliveira (2022), Barros et al. (2015) e Nunes et al. (2015), focando nas dificuldades vivenciadas em sala de aula;
- Ações formativas e políticas públicas: discutidas nos textos de Costa e Almeida (2023) e Dazzani (2010), que avaliam a coerência (ou a falta dela) entre a legislação e as condições reais de ensino;
- Caminhos e propostas transformadoras: com base em Souza & Macedo (2012), Vygotsky (apud Souza & Andrada, 2013) e Braz-Aquino et al. (2016), que propõem práticas pedagógicas colaborativas e centradas no potencial de cada aluno.

Essa organização permitiu uma compreensão crítica, coerente e progressiva do tema, possibilitando a identificação dos pontos de convergência e divergência entre os autores, bem como das lacunas que ainda desafiam a prática inclusiva no Brasil. A análise forneceu subsídios teóricos e empíricos para a construção das considerações e proposições apresentadas na etapa

conclusiva deste trabalho.

7.RESULTADOS OBTIDOS

Após concluir a verificação da revisão integrativa da literatura está é composta por 15 artigos científicos, capítulos de livros, e documentos legais como a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), permitiu identificar avanços e entraves no processo de inclusão escolar no Brasil. Os estudos analisados revelam que, apesar das políticas públicas afirmarem o compromisso com uma educação inclusiva, ainda existem lacunas significativas entre os princípios legais e a prática cotidiana das instituições escolares.

Entre os principais resultados obtidos, destaca-se a insuficiência na formação docente. Autores como Mantoan (2015) e Araújo et al. (2010) apontam que muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com as demandas específicas dos alunos com deficiência. A formação inicial e continuada, em geral, não contempla de maneira adequada as questões da diversidade, o que contribui para a insegurança e a adoção de práticas excludentes.

Além disso, foram identificadas barreiras atitudinais e estruturais que dificultam a efetivação da inclusão. Estudos como o de Nunes, Saia e Tavares (2015) destacam que a estigmatização dos alunos com deficiência ainda é comum, o que reflete preconceitos sociais reproduzidos no ambiente escolar. Barros, Silva e Costa (2015) ressaltam também a carência de recursos didáticos adaptados, a ausência de acessibilidade nos espaços físicos e a insuficiência de profissionais de apoio, o que compromete a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência.

Outro aspecto identificado foi a discrepância entre as políticas públicas e sua implementação prática. Embora documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabeleçam diretrizes claras para garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos alunos, os dados mostram que muitas escolas ainda operam sob lógicas assistencialistas ou compensatórias (Costa & Almeida, 2023), sem promover efetivamente o protagonismo e a autonomia desses estudantes.

Apesar dessas dificuldades, os estudos apontam caminhos viáveis para a consolidação de

uma educação mais inclusiva. Um dos fatores destacados é a importância do trabalho colaborativo entre professores do ensino regular e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Braz-Aquino, Ferreira e Cavalcante (2016) enfatizam que essa parceria possibilita a construção de estratégias pedagógicas ajustadas às necessidades dos alunos, promovendo um ambiente mais equitativo e acolhedor.

No que diz respeito à avaliação, Souza e Macedo (2012) defendem uma abordagem que valorize os processos de aprendizagem e respeite a singularidade de cada aluno, superando modelos padronizados e classificatórios. Essa perspectiva é reforçada pela Psicologia Histórico-Cultural, especialmente nas contribuições de Vygotsky (apud Souza & Andrada, 2013), que concebe o desenvolvimento humano como resultado das interações sociais e da mediação pedagógica. Nesse sentido, a escola deve se constituir como espaço de troca, construção coletiva e valorização da diversidade, garantindo que todos os alunos possam aprender em igualdade de condições.

Por fim, os resultados obtidos revelam que, embora a inclusão escolar tenha avançado em termos legais e conceituais, sua efetivação requer mudanças estruturais, formação continuada, compromisso institucional e uma profunda transformação das práticas pedagógicas. A superação da dicotomia inclusão/exclusão exige o engajamento de toda a comunidade escolar na construção de uma educação que acolha, respeite e valorize as diferenças.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Chegar até aqui foi, para mim, mais do que cumprir uma exigência acadêmica foi uma etapa desafiadora. Foi um processo de madurecimento, reflexão e enfrentamento de muitas dúvidas e incertezas. Estudar sobre o tema Inclusão Escolar: Dificuldades e Desafios, dentro da formação docente me fez enxergar o quanto é crucial a inclusão, pois está é, antes de tudo, um projeto ético, político e social que busca reconhecer e valorizar a diversidade humana como um direito e não como exceção. Ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso, foi possível compreender que, embora as bases legais e teóricas estejam solidamente construídas, com destaque para a Declaração de Salamanca (1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) —, os desafios para a implementação efetiva da inclusão ainda persistem no cotidiano escolar brasileiro.

Por meio da análise de quinze estudos, entre artigos científicos, livros e documentos legais, identificaram-se barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que dificultam o

processo de inclusão. A formação docente limitada, a falta de recursos e a resistência de parte da comunidade escolar ainda constituem entraves significativos. Como bem aponta Mantoan (2015), a inclusão exige a reestruturação da escola, e não a adaptação dos sujeitos às limitações das instituições.

Por outro lado, os resultados também revelaram possibilidades concretas de transformação. Práticas pedagógicas mais sensíveis e colaborativas, estratégias de ensino diferenciadas, avaliações formativas e o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) mostram-se como caminhos viáveis. A Psicologia Histórico-Cultural, nas contribuições de Vygotsky (apud Souza & Andrada, 2013), oferece um suporte teórico potente ao entender que o desenvolvimento humano se dá na relação com o outro, na mediação e na interação social. Logo, é imprescindível que as escolas sejam espaços coletivos de aprendizagem, onde todos possam construir saberes e desenvolver suas potencialidades.

A educação inclusiva não se constrói apenas com leis ou com boas intenções, mas com atitudes, formação, comprometimento e empatia. Como educadores, somos desafiados diariamente a repensar nossas práticas e romper com modelos excludentes. Incluir não significa apenas colocar todos no mesmo espaço físico, mas garantir condições reais de participação, aprendizagem e pertencimento. Para concluir, escrever este trabalho não foi fácil, pois tive que enfrentar minhas limitações, meu medo de não conseguir traduzir em palavras tudo o que senti ao estudar esse tema, sendo que nesta pesquisa não pretendeu esgotar o tema, mas contribuir com reflexões que possam provocar mudanças nas práticas escolares e reforçar o compromisso com uma educação verdadeiramente democrática. A inclusão, para ser plena, precisa ser construída com todos: professores, alunos, gestores, famílias e sociedade, onde reconheça cada sujeito como único e capaz, que compreenda o erro como parte do processo, e que transforme a sala de aula em um lugar de esperança, escuta e possibilidades. Afinal, como bem afirmou Paulo Freire, “educar é um ato de amor” pois, amar é também, incluir.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, M.; RUSCHE, R.; MOLINA, R.; CARREIRO, L. Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência: análise de resumos de artigos na base SciELO. Revista Psicopedagogia, v. 27, n. 84, p. 405-416, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000300010. Acesso em: 25 julho de 2024.

BARBOSA, E.; SOUZA, V. A vivência de professores sobre o processo de inclusão: um estudo da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Revista Psicopedagogia, v. 27, n. 84, p. 352-362, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000300005. Acesso em: 30 de Julho de 2024.

BARROS, A.; SILVA, S.; COSTA, M. Dificuldades no processo de inclusão escolar: percepções de professores e de alunos com deficiência visual em escolas públicas. Boletim Academia Paulista de Psicologia, v. 35, n. 88, p. 145-163, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100010. Acesso em: 25 de Novembro de 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 2019.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 18 de Fevereiro de 2025.

BRAZ-AQUINO, A.; FERREIRA, I.; CAVALCANTE, L. Concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes acerca da inclusão escolar. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 36, n. 2, p. 255-266, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

98932016000200255 . Acesso em: 23 de Fevereiro de 2025.

COSTA, J. L.; ALMEIDA, T. R. Políticas públicas e inclusão escolar: avanços e desafios na educação brasileira. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 10., 2023, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em: [inserir link]. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2025.

DAZZANI, M. A psicologia escolar e a educação inclusiva: uma leitura crítica. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 30, n. 2, p. 362-375, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200011 . Acesso em: 3 de Março de 2025.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). Inclusão escolar: estratégias para a educação de alunos com deficiência. São Paulo: Summus, 2015. p. 23-40.

NUNES, S.; SAIA, A.; TAVARES, R. Educação Inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 35, n. 4, p. 1106- 1119, 2015.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401106

. Acesso em: 5 de Março de 2025.

ROCHA, S. M. Educação inclusiva: desafios e possibilidades na escola contemporânea. São Paulo: Editora Educação Digital, 2021. E-book. Disponível em: [inserir link]. Acesso em: 8 de Março de 2025.

SANTOS, A. P.; OLIVEIRA, R. M. Inclusão escolar: desafios enfrentados pelos professores no ensino regular. Revista Brasileira de Educação Inclusiva, v. 2, p. 45-60, 2022. DOI: [inserir DOI].

SOUZA, A.; MACEDO, M. Avaliação da aprendizagem e inclusão escolar: a singularidade a serviço da coletividade. Revista Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, v. 16, n. 2, p. 283-290, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000200011> . Acesso em: 12 de Março de 2025.

SOUZA, V.; ANDRADA, P. Contribuições de Vygotsky para a compreensão do psiquismo. Estudos de Psicologia, v. 30, n. 3, p. 355-365, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000300005. Acesso em: 10 de Abril de 2025.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>, Acesso em: 23 de Maio de 2025.

